

COM BASE NO EDITAL Nº 01, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025



ALE-RO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

ASSISTENTE LEGISLATIVO
SEM ESPECIALIDADE

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico Matemático
- ▶ Geografia de Rondônia
- ▶ Conhecimentos Específicos
- ▶ Legislação Específica

CONTEÚDO DIGITAL

- ▶ Noções de Informática
- ▶ História de Rondônia

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





ALE - RO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

**ASSISTENTE LEGISLATIVO - SEM
ESPECIALIDADE**

EDITAL N° 01, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025

CÓD: OP-010NV-25
7908403583669

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Interpretação e Compreensão de texto; Organização estrutural dos textos; Textos literários e não literários; Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade	9
2. Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada modo; Tipos textuais: informativo, publicitário, propagandístico, normativo, didático e divinatório; características específicas de cada tipo	17
3. Tipologia da frase portuguesa	21
4. Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção	23
5. Problemas estruturais das frases	25
6. Norma culta	27
7. Pontuação e sinais gráficos	28
8. Organização sintática das frases: termos e orações; Ordem direta e inversa	29
9. Tipos de discurso	33
10. Registros de linguagem	34
11. Funções da linguagem	36
12. Elementos dos atos de comunicação	37
13. Estrutura e formação de palavras	38
14. Formas de abreviação	39
15. Classes de palavras; os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições; os modalizadores	40
16. Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos; Polissemia e ambiguidade	47
17. Os dicionários: tipos; a organização de verbetes	50
18. Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos; latinismos	52
19. Ortografia e acentuação gráfica	53
20. A crase	57

Raciocínio Lógico Matemático

1. Lógica: proposições, valor-verdade , negação, conjunção, disjunção, implicação, equivalência, proposições compostas. Equivalências lógicas.....	61
2. Problemas de raciocínio: deduzir informações de relações arbitrárias entre objetos, lugares, pessoas e/ou eventos fictícios dados	65
3. Diagramas lógicos	67
4. Tabelas e gráficos	68
5. Conjuntos e suas operações	71
6. Números naturais, inteiros, racionais, reais e suas operações. Representação na reta	74
7. Unidades de medida: distância, massa e tempo. Medidas de comprimento, área, volume	84
8. Representação de pontos no plano cartesiano.....	87
9. Álgebra básica: equações, sistemas e problemas do primeiro grau	88
10. Proporcionalidade direta e inversa	90
11. Porcentagem.....	91
12. Juros.....	93
13. Sequências, reconhecimento de padrões, progressões aritmética e geométrica.....	95

ÍNDICE

14. Geometria básica: distâncias e ângulos, polígonos, circunferência, perímetro e área	100
15. Princípios de contagem.....	105
16. Noções de probabilidade	108

Geografia de Rondônia

1. Povoamento e ocupação dos Vales do Madeira, Mamoré e Guaporé.....	115
2. Colonização ibérica na região	116
3. A colonização portuguesa no Vale do Guaporé	117
4. Os séculos XIX e XX e a exploração da borracha, poia e castanha	118
5. A construção da EFMM e da Linha Telegráfica.....	119
6. Território Federal do Guaporé/Rondônia.....	120
7. A Rodovia BR-364 e os garimpos	121
8. A ocupação recente da Amazônia e Rondônia: a colonização agropastoril	122
9. O Estado de Rondônia, da criação às questões atuais	123
10. O ambiente amazônico, as estruturas físicas e ambientais da região.....	124
11. O Estado de Rondônia: componentes do meio físico e ambiental	125
12. Populações e ocupação do espaço: processos migratórios; distribuição de renda; indicadores de qualidade de vida; populações tradicionais	126
13. As divisões regionais	127
14. Produção econômica regional	129
15. As questões socioambientais.....	130
16. História do Poder Legislativo de Rondônia	131

Conhecimentos Específicos

Assistente Legislativo - Sem Especialidade

1. Processo organizacional (planejamento, coordenação, direção, organização e controle).....	135
2. Relações Interpessoais: comunicação e relações interpessoais	137
3. Administração de conflitos: desenvolvimento de trabalho em equipe	138
4. Noções sobre Administração de Materiais e Patrimônio.....	139
5. Logística: conceito, evolução, dimensão, processo logístico, transporte.....	160
6. Arquivos: finalidade, classificação, fases, técnicas, sistemas e métodos de arquivamento. Protocolo: finalidades, objetivos e atividades	163
7. Noções sobre Contratos Administrativos.....	164
8. Noções de administração de pessoal, de material e de patrimônio	180
9. Atos administrativos de uso mais frequente: circulares, avisos, portarias, ofícios, despachos e ordens de serviços. Procedimentos administrativos	182
10. Noções básicas de organização de arquivos e fichários.....	183
11. Documentos oficiais, tipos de documentos	185
12. Correspondência oficial: conceito, classificação; recepção e expedição de correspondência em geral	192
13. Protocolo: conceito, sistema de protocolo	197

ÍNDICE

14. Noções de Administração Pública: princípios	197
15. Descentralização e desconcentração. Administração Direta e Indireta	199
16. Características básicas das organizações formais modernas: tipos de estrutura organizacional, natureza, finalidades e critérios de departamentalização	199
17. Empreendedorismo governamental e novas lideranças no setor público	201
18. Convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada	203
19. Excelência nos serviços públicos. Gestão da Qualidade	205
20. Gestão de resultados na produção de serviços públicos	208
21. O paradigma do cliente na gestão pública	209
22. Noções de administração de recursos materiais: funções e objetivos; classificação e especificação de materiais; compras; registros; cadastro de fornecedores; acompanhamento de pedidos	211
23. Ética profissional	212
24. O papel do servidor	214
25. Interação com o público interno e externo	215
26. Cidadania: direitos e deveres do cidadão. O cidadão como usuário e contribuinte	216

Legislação Específica

1. Constituição Estadual: Título I – Da Organização do Estado: Disposições Preliminares, Da Competência do Estado e da Administração Pública; Título II – Da Organização dos Poderes: Do Poder Legislativo	221
2. Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia: Resolução nº 32, de 21 de agosto de 1990 e suas alterações	234
3. Código de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia	274
4. Estatuto dos Servidores Públicos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas estaduais: Lei Complementar nº 68, de 09 de dezembro de 1992 e suas alterações	275
5. Plano de Carreira, Cargos e Remuneração e o Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia: Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013 e suas alterações	297
6. Estrutura Organizacional Administrativa e o Quadro Gerencial e de Assessoramento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia: Lei do Processo Administrativo Estadual: Lei Ordinária nº 3.830, de 27 de junho de 2016, e suas alterações	298
7. Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações: âmbito de aplicação da lei, princípios, definições e agentes públicos	299
8. Resolução ALE/RO nº 593, de 30 de outubro de 2024, que estabelece disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, e suas alterações	373
9. Lei de Improbidade Administrativa: Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e suas alterações	375
10. Lei de Acesso à Informação: Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e suas alterações	392

ÍNDICE

Conteúdo Digital

Noções de Informática

1. Arquitetura básica de computadores: hardware, componentes e funções; unidade central de processamento; memória RAM, cache e tipos de armazenamento; dispositivos de entrada e saída e de armazenamento de dados: teclado, mouse, monitor, impressora/scanner, discos rígidos, SSDs, pendrives, discos ópticos, conectores e portas de comunicação	3
2. Armazenamento em nuvem	6
3. Windows 10/11: conceitos básicos de software e sistema operacional; programas e utilitários, ambiente gráfico, área de trabalho, janelas, ícones, atalhos de teclado, pastas/tipos de arquivos, criação, cópia, exclusão e restauração de arquivos, figuras e imagens (formatos e uso)	6
4. MS Office 2021 e Microsoft 365 (Word, Excel, PowerPoint, OneDrive e Teams): conceitos, características, principais funcionalidades, ícones, atalhos de teclado, criação e edição de documentos, planilhas e apresentações, inserção de gráficos e tabelas, compartilhamento e uso de recursos na nuvem	14
5. Google Workspace (Gmail, Documentos, Planilhas, Apresentações, Drive, Meet e Agenda): conceitos, características, funcionalidades, colaboração em tempo real e armazenamento online	38
6. Internet: conceitos e características; navegadores (Microsoft Edge, Google Chrome, Mozilla Firefox); mecanismos de busca; downloads e uploads	43
7. Correio eletrônico (e-mail): conceitos, características, funcionalidades e boas práticas de uso seguro	51
8. Segurança digital: noções de antivírus, autenticação, senhas seguras, golpes virtuais (phishing)	52

História de Rondônia

1. As bases da ocupação colonial da Amazônia	61
2. As políticas do Estado português para as regiões dos vales do Guaporé e Madeira	66
3. A questão das fronteiras entre América Portuguesa e o império hispânico e a criação da Capitania de Mato Grosso	71
4. A economia colonial nos vales do Guaporé e Madeira: mineração, drogas do sertão, o escravismo, o contrabando e as rotas fluviais	76
5. Colonização e povoamento no vale do Madeira e do Guaporé nos séculos XIX e XX	81
6. O advento da exploração seringueira e a questão das fronteiras	85
7. As diversas etapas da construção da Ferrovia Madeira Mamoré	90
8. A Comissão Rondon e a instalação das linhas telegráficas	94
9. A criação dos Territórios Federais do Guaporé e de Rondônia	98
10. Os novos surtos de povoamento e a ampliação do extrativismo mineral	104
11. A implantação do Estado de Rondônia. Os projetos de colonização estatais e privados	108
12. A instalação da rodovia federal BR-364	112

Conteúdo Digital

▪ Para estudar o Conteúdo Digital acesse sua “Área do Cliente” em nosso site, ou siga os passos indicados na página 2 para acessar seu bônus.

<https://www.apostilasopcao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTO; ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DOS TEXTOS; TEXTOS LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS; MARCAS DE TEXTUALIDADE: COESÃO, COERÊNCIA E INTERTEXTUALIDADE

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

COMPREENSÃO GERAL DO TEXTO

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

► Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha

uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

► Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

► Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.
- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.
- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.
- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

AMOSTRA

▪ **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

► **Exemplos Práticos**

▪ **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

▪ **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

► **Importância da Compreensão Geral**

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

PONTO DE VISTA OU IDEIA CENTRAL DEFENDIDA PELO AUTOR

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

► **Textos Literários**

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negroiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

► **Textos Não Literários**

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.



RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

LÓGICA: PROPOSIÇÕES, VALOR-VERDADE, NEGAÇÃO, CONJUNÇÃO, DISJUNÇÃO, IMPLICAÇÃO, EQUIVALÊNCIA, PROPOSIÇÕES COMPOSTAS. EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS

Um predicado é uma sentença que contém um número limitado de variáveis e se torna uma proposição quando são dados valores às variáveis matemáticas e propriedades quaisquer a outros tipos.

Um predicado, de modo geral, indica uma relação entre objetos de uma afirmação ou contexto.

Considerando o que se conhece da língua portuguesa e, intuitivamente, predicados dão qualidade aos sujeitos, relacionam os sujeitos e relacionam os sujeitos aos objetos.

Para tal, são usados os conectivos lógicos $\neg, \Rightarrow, \rightarrow, \wedge, \vee$, mais objetos, predicados, variáveis e quantificadores.

Os objetos podem ser concretos, abstratos ou fictícios, únicos (atômicos) ou compostos.

Logo, é um tipo que pode ser desde uma peça sólida, um número complexo até uma afirmação criada para justificar um raciocínio e que não tenha existência real!

Os argumentos apresentam da lógica dos predicados dizem respeito, também, àqueles da lógica proposicional, mas adicionando as qualidades ao sujeito.

As palavras que relacionam os objetos são usadas como quantificadores, como um objeto está sobre outro, um é maior que o outro, a cor de um é diferente da cor do outro; e, com o uso dos conectivos, as sentenças ficam mais complexas.

Por exemplo, podemos escrever que um objeto é maior que outro e eles têm cores diferentes.

Somando as variáveis aos objetos com predicados, as variáveis definem e estabelecem fatos relativos aos objetos em um dado contexto.

Vamos examinar as características de argumentos e sentenças lógicas para adentrarmos no uso de quantificadores.

No livro Discurso do Método de René Descartes, encontramos a afirmação: "(1ª parte): "...a diversidade de nossas opiniões não provém do fato de serem uns mais racionais que outros, mas somente de conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas e não considerarmos as mesmas coisas. Pois não é suficiente ter o espírito bom, o principal é aplicá-lo bem."

Cabe aqui, uma rápida revisão de conceitos, como o de **argumento**, que é a afirmação de que um grupo de proposições gera uma proposição final, que é consequência das primeiras. São ideias lógicas que se relacionam com o propósito de esclarecer pontos de pensamento, teorias, dúvidas.

Seguindo a ideia do princípio para o fim, a proposição é o início e o argumento o fim de uma explanação ou raciocínio, portanto essencial para um pensamento lógico.

A proposição ou sentença é uma oração declarativa que poderá ser classificada somente em verdadeira ou falsa, com sentido completo, tem sujeito e predicado.

Por exemplo, e usando informações multidisciplinares, são proposições:

I – A água é uma molécula polar;

II – A membrana plasmática é lipoprotéica.

Observe que os exemplos acima seguem as condições essenciais que uma proposição deve seguir, i.e., dois axiomas fundamentais da lógica, [1] o princípio da não contradição e [2] o princípio do terceiro excluído, como já citado.

O princípio da não contradição afirma que uma proposição não ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

O princípio do terceiro excluído afirma que toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, jamais uma terceira opção.

Após essa pequena revisão de conceitos, que representaram os tipos de argumentos chamados válidos, vamos especificar os conceitos para construir argumento inválidos, falaciosos ou sofisma.

Proposições simples e compostas

Para se construir as premissas ou hipóteses em um argumento válido logicamente, as premissas têm extensão maior que a conclusão. A primeira premissa é chamada de maior e a mais abrangente, e a menor, a segunda, possui o sujeito da conclusão para o silogismo; e das conclusões, temos que:

I – De duas premissas negativas, nada se conclui;

II – De duas premissas afirmativas não pode haver conclusão negativa;

III – A conclusão segue sempre a premissa mais fraca;

IV – De duas premissas particulares, nada se conclui.

As premissas funcionam como proposições e podem ser do tipo simples ou composta. As compostas são formadas por duas ou mais proposições simples interligadas por um "conectivo".

Uma proposição/premissa é toda oração declarativa que pode ser classificada em verdadeira ou falsa ou ainda, um conjunto de palavras ou símbolos que exprimem um pensamento de sentido completo.

Características de uma proposição:

I – Tem sujeito e predicado;

II – É declarativa (não é exclamativa nem interrogativa);

III – Tem um, e somente um, dos dois valores lógicos: ou é verdadeira ou é falsa.

É regida por princípios ou axiomas:

I – Princípio da não contradição: uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.



AMOSTRA

II – Princípio do terceiro excluído: toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, isto é, verifica-se sempre um destes casos e nunca um terceiro.

III – Princípio da Identidade: uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$

Exemplos:

- A água é uma substância polar.
- A membrana plasmática é lipoprotéica.
- **As premissas podem ser unidas via conectivos mostrados na tabela abaixo e já mostrado acima. São eles:**

Proposição	Forma	Símbolo
Negação	Não	$\neg$
Disjunção não exclusiva	ou	$\vee$
Conjunção	e	$\wedge$
Condicional	Se... então	$\rightarrow$
Bicondicional	Se e somente se	$\leftrightarrow$

Tabelas verdade

As tabelas-verdade são ferramentas utilizadas para analisar as possíveis combinações de valores lógicos (verdadeiro ou falso) das proposições. Elas permitem compreender o comportamento lógico de operadores como negação, conjunção e disjunção, facilitando a verificação da validade de proposições compostas. Abaixo, apresentamos as tabelas-verdade para cada operador,

1. Negação

A partir de uma proposição p qualquer, pode-se construir outra, a negação de p , cujo símbolo é $\neg p$.

Exemplos:

A água é uma substância não polar.

A membrana plasmática é não lipoprotéica.

Tabela-verdade para p e $\neg p$.

p	$\neg p$
V	F
F	V

Os símbolos lógicos para construção de proposições compostas são: $\wedge$ (lê-se e) e $\vee$ (lê-se ou).

2. Conectivo $\wedge$:

Colocando o conectivo $\wedge$ entre duas proposições p e q , obtém-se uma nova proposição $p \wedge q$, denominada conjunção das sentenças.

Exemplos:

p : substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.

q : o aminoácido fenilalanina é apolar.

$p \wedge q$: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica e o aminoácido fenilalanina é apolar.

Tabela-verdade para a conjunção

Axioma: a conjunção é verdadeira se, e somente se, ambas as proposições são verdadeiras; se ao menos uma delas for falsa, a conjunção é falsa.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

3. Conectivo $\vee$:

Colocando o conectivo $\vee$ entre duas proposições p e q , obtém-se uma nova proposição $p \vee q$, denominada disjunção das sentenças.

Exemplos:

p : substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.

q : substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.

$p \vee q$: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica ou substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.

Tabela-verdade para a disjunção

Axioma: a disjunção é verdadeira se ao menos das duas proposições for verdadeira; se ambas forem falsas, então a disjunção é falsa.

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

Símbolos lógicos para sentenças condicionais são: se ...então... (símbolo $\rightarrow$); ...se, e somente se, ... (símbolo $\leftrightarrow$).

4. Condicional $\rightarrow$

O condicional $\rightarrow$ colocado entre p e q , obtém-se uma nova proposição $p \rightarrow q$, que se lê: se p então q , ' p é condição necessária para q ' e ' q é condição suficiente para p '

p é chamada antecedente e q é chamada de consequente.

Exemplos:

p : o colesterol é apolar.

q : o colesterol penetra a bicamada lipídica.

$p \rightarrow q$: se o colesterol é apolar, então o colesterol penetra a bicamada lipídica.

Tabela-verdade para a condicional $\rightarrow$

Axioma: o condicional $p \rightarrow q$ é falsa somente quando p é verdadeira e q é falsa, caso contrário, $p \rightarrow q$ é verdadeira.



GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

POVOAMENTO E OCUPAÇÃO DOS VALES DO MADEIRA, MAMORÉ E GUAPORÉ

A IMPORTÂNCIA DOS VALES FLUVIAIS PARA A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE RONDÔNIA

O estado de Rondônia, localizado na região Norte do Brasil, teve sua conformação territorial marcada por ciclos econômicos, pela geopolítica da fronteira e por fluxos migratórios que se adensaram a partir do século XIX. Os vales dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé desempenharam papel essencial nesse processo, não apenas por sua importância geográfica como eixos naturais de circulação, mas também por influenciarem diretamente nas formas de povoamento e ocupação humana. Esta análise pretende discutir como esses rios estruturaram o território rondoniense, considerando fatores históricos, sociais, econômicos e ambientais.

Esses vales foram palco de transformações profundas, desde os tempos das missões religiosas e explorações portuguesas e espanholas até os ciclos econômicos da borracha e os projetos de integração nacional, como a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e os programas de colonização federal nas décadas de 1970 e 1980. Para compreender a dinâmica atual de Rondônia, é imprescindível estudar como esses rios moldaram os assentamentos humanos e definiram estratégias de ocupação territorial.

PRIMEIROS CONTATOS E MISSÕES RELIGIOSAS: A PRESENÇA LUSO-ESPAANHOLA NO SÉCULO XVIII

O início do povoamento dos vales do Madeira, Mamoré e Guaporé está diretamente ligado à presença das Coroas ibéricas na região amazônica. A partir do século XVIII, com a assinatura do Tratado de Madri (1750), intensificaram-se as disputas territoriais entre portugueses e espanhóis. A linha do rio Guaporé passou a ser entendida como limite natural entre os domínios portugueses (ao norte e leste) e espanhóis (ao sul e oeste).

Nesse contexto, foram criadas missões jesuíticas e aldeamentos indígenas, com o intuito de consolidar a ocupação e catequese das populações locais. Um exemplo marcante é a Fundação de Forte Príncipe da Beira (1776), às margens do Guaporé, como estratégia militar portuguesa para garantir a soberania do território.

Pontos-chave:

- A ocupação era esparsa e voltada à manutenção de uma presença simbólica e estratégica na região.
- Os rios eram os principais meios de transporte e comunicação, o que os tornava corredores logísticos e culturais.
- As populações indígenas resistiram a essas ocupações, mas também foram integradas de forma forçada em muitos contextos.

CICLO DA BORRACHA E A INTENSIFICAÇÃO DA OCUPAÇÃO (FINAL DO SÉCULO XIX – INÍCIO DO SÉCULO XX)

Com a expansão do ciclo da borracha na Amazônia, houve uma mudança significativa no perfil de ocupação dos vales fluviais. Os rios Madeira e Mamoré tornaram-se fundamentais para o escoamento da borracha extraída nas áreas interiores de Rondônia e da Bolívia. Nesse contexto, destaca-se a tentativa de superar os obstáculos naturais (como as corredeiras do Madeira) com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), iniciada em 1907 e concluída em 1912.

A EFMM ligava Porto Velho (às margens do Madeira) a Guajará-Mirim (no Mamoré), permitindo o transporte da produção gomífera até os portos brasileiros. A ferrovia foi um vetor fundamental de ocupação e urbanização da região:

- Estimulou a formação de vilas e núcleos urbanos ao longo do traçado.
- Atração de migrantes nordestinos, caribenhos e europeus para trabalhar na construção da estrada.
- Aumentou a presença institucional do Estado brasileiro na região.

No entanto, a decadência da borracha após a Primeira Guerra Mundial levou ao abandono de muitas dessas áreas, consolidando um ciclo de crescimento e retração marcado pela dependência de produtos de exportação.

PROJETOS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E COLONIZAÇÃO DIRIGIDA (DÉCADAS DE 1960 A 1980)

Nas décadas de 1960 a 1980, os vales do Madeira, Mamoré e Guaporé passaram por uma nova fase de ocupação, desta vez impulsionada por políticas do governo militar que visavam integrar a Amazônia ao restante do território nacional. Programas como o Projeto POLONOROESTE (Política de Desenvolvimento da Região Norte-Oeste), financiado pelo Banco Mundial, promoveram a abertura de estradas (notadamente a BR-364) e a implantação de projetos de colonização agrícola.

Essa nova onda migratória transformou profundamente a paisagem regional:

- Colonos vindos principalmente do Sul e Sudeste do país passaram a ocupar áreas próximas aos rios.
- A terra foi distribuída por meio de projetos do INCRA, provocando conflitos fundiários com populações tradicionais e indígenas.
- A expansão da fronteira agrícola causou desmatamento e degradação ambiental nas áreas de planície dos vales.

Apesar das promessas de progresso, muitos desses projetos foram mal planejados, levando a problemas sociais e ambientais graves que ainda perduram na região.



AMOSTRA

Configuração Atual: Urbanização, Produção e Conflitos

Hoje, os vales do Madeira, Mamoré e Guaporé concentram algumas das cidades mais importantes de Rondônia, como Porto Velho, Guajará-Mirim e Costa Marques, e continuam desempenhando papel estratégico no estado. O rio Madeira, em especial, é uma via essencial para o transporte de cargas e para a produção de energia, com destaque para a Usina Hidrelétrica de Santo Antônio.

Entretanto, a ocupação desses vales continua gerando desafios significativos:

- Conflitos agrários com posseiros, grileiros, indígenas e ribeirinhos.
- Pressões ambientais decorrentes do garimpo ilegal, extração de madeira e expansão da pecuária.
- Dificuldades de infraestrutura e acesso a serviços públicos em muitas áreas ribeirinhas.

O desafio atual é conciliar desenvolvimento econômico com justiça social e sustentabilidade ambiental, respeitando os modos de vida tradicionais e os direitos territoriais de povos indígenas e comunidades locais.

COLONIZAÇÃO IBÉRICA NA REGIÃO

A FRONTEIRA IBERO-AMERICANA NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

A região hoje correspondente ao estado de Rondônia foi palco de um dos mais complexos processos de colonização da Amazônia ocidental, marcado pela presença das duas grandes potências ibéricas do período colonial: Portugal e Espanha. A colonização ibérica na região dos vales dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, ocorrida principalmente nos séculos XVII e XVIII, esteve vinculada a disputas territoriais, às estratégias missionárias e militares, e ao interesse crescente sobre os recursos naturais e a geopolítica amazônica.

Ao contrário de outras regiões do Brasil, cuja colonização portuguesa seguiu o litoral em direção ao interior, Rondônia foi alcançada por caminhos fluviais que vinham tanto do Peru (via Alto Madeira) quanto do interior da Bolívia (via Guaporé e Mamoré). Esse fator fez com que a presença espanhola fosse mais intensa inicialmente, sendo depois gradualmente substituída pela ocupação portuguesa, especialmente após o Tratado de Madri, em 1750.

O CONTEXTO DAS DISPUTAS ENTRE PORTUGAL E ESPANHA PELA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Durante o período colonial, a delimitação das fronteiras entre os domínios português e espanhol na América do Sul foi constantemente motivo de disputas. A região de Rondônia, por estar no meio de rotas fluviais que conectavam o interior do continente ao Atlântico, tornou-se estratégica para ambas as potências.

Os principais marcos desse período são:

- **Tratado de Tordesilhas (1494):** estabelecia um meridiano imaginário como limite entre as terras de Portugal e Espanha, mas era vago em relação ao interior do continente.

- **Tratado de Madri (1750):** substituiu Tordesilhas, com base no princípio do *uti possidetis*, que legitimava a posse efetiva das terras. Isso favoreceu Portugal, que já tinha estabelecido diversos núcleos no interior amazônico.

- **Tratado de Santo Ildefonso (1777) e Tratado de Badajós (1801):** reafirmaram e redefiniram parte das fronteiras coloniais, mantendo a área de Rondônia sob domínio português.

Durante esses períodos, a presença ibérica na região era sustentada principalmente por três frentes: a atuação de ordens religiosas (especialmente os jesuítas), as expedições militares e a fundação de fortes e vilas como forma de assegurar a soberania da Coroa.

A PRESENÇA ESPANHOLA: MISSÕES E EXPLORAÇÃO PELO OESTE AMAZÔNICO

A colonização espanhola na região dos vales do Mamoré e Guaporé esteve fortemente associada ao trabalho dos jesuítas espanhóis, que fundaram uma série de missões entre os séculos XVII e XVIII, especialmente com populações indígenas como os Chiquitanos e Mojos (ou Moxos), hoje presentes em território boliviano.

Essas missões tinham caráter duplo: religioso e colonizador. Buscavam:

- Catequizar os povos indígenas;
- Controlar o território frente ao avanço português;
- Estabelecer núcleos produtivos baseados na agricultura e no extrativismo.

As missões espanholas, muitas delas instaladas no Alto Guaporé, serviram também como antepostos comerciais e centros de disseminação da cultura europeia. A sua influência na região declinou com o avanço da presença portuguesa e o progressivo desmonte das missões pelos próprios colonizadores lusos, após os tratados que reconheceram a posse da região por Portugal.

A EXPANSÃO PORTUGUESA: FORTIFICAÇÕES E CONTROLE DO TERRITÓRIO

A partir da segunda metade do século XVIII, com os tratados que asseguraram a posse portuguesa da região, houve um esforço deliberado da Coroa para consolidar sua presença no vale do Guaporé. A principal estratégia foi a fundação de estruturas militares e administrativas, das quais se destacam:

- Forte de Bragança (1769) – construído como posto avançado de defesa.
- Forte Príncipe da Beira (1776) – principal fortaleza militar portuguesa na região do Guaporé, localizada próxima à atual cidade de Costa Marques. Possuía arquitetura imponente, artilharia pesada e alojamentos para militares e civis.

Além da função defensiva, o Forte Príncipe da Beira serviu como núcleo de ocupação portuguesa, promovendo o deslocamento de famílias, escravizados e indígenas aldeados para seus arredores, dando origem aos primeiros povoados de caráter luso-brasileiro na região.

A presença portuguesa também se caracterizou pelo uso de expedições sertanistas e entradas, que percorriam os rios Madeira e Guaporé à procura de riquezas naturais, rotas



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Assistente Legislativo - Sem Especialidade

PROCESSO ORGANIZACIONAL (PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO, DIREÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONTROLE)

Processo Organizacional é um conjunto de atividades logicamente interligadas, maneiras pelas quais se realiza uma operação, envolvendo pessoas, equipamentos, procedimentos e informações e, quando executadas, transformam entradas em saídas, agregam valor e produzem resultados¹.

Na gestão por processos, um processo é visto como fluxo de trabalho, com insumos, produtos e serviços claramente definidos e atividades que seguem uma sequência lógica e dependente umas das outras, numa sucessão clara, denotando que os processos têm início e fim bem determinados e geram resultados para os clientes internos e/ou externos. Um processo organizacional se caracteriza por:

- Início, fim e objetivos definidos;
- Clareza quanto ao que é transformado na sua execução;
- Definir como ou quando uma atividade ocorre;
- Resultado específico;
- Listar os recursos utilizados para a execução da atividade;
- Agregar valor para o destinatário do processo;
- Ser devidamente documentado;
- Ser mensurável; e
- Permitir o acompanhamento ao longo da execução.

Categorias de Processos

Os processos organizacionais podem ser classificados em três categorias:

Processos Gerenciais

São aqueles ligados à estratégia da organização. Estão diretamente relacionados à formulação de políticas e diretrizes para se estabelecer e concretizar metas.

Também referem-se ao estabelecimento de indicadores de desempenho e às formas de avaliação dos resultados alcançados interna e externamente à organização. Exemplos: planejamento estratégico, gestão por processos e gestão do conhecimento.

Processos Finalísticos

Aqueles ligados à essência de funcionamento do órgão. Caracterizam a atuação do órgão e recebem apoio de outros processos internos, gerando um produto ou serviço para o cliente interno ou cidadão. Exemplos: atuações extrajudicial e judicial.

Processos Meio

São processos essenciais para a gestão efetiva da organização, garantindo o suporte adequado aos processos finalísticos. Estão diretamente relacionados à gestão dos recursos necessários ao desenvolvimento de todos os processos da instituição. Exemplos: contratação de pessoas, aquisição de bens e materiais e execução orçamentário-financeira.

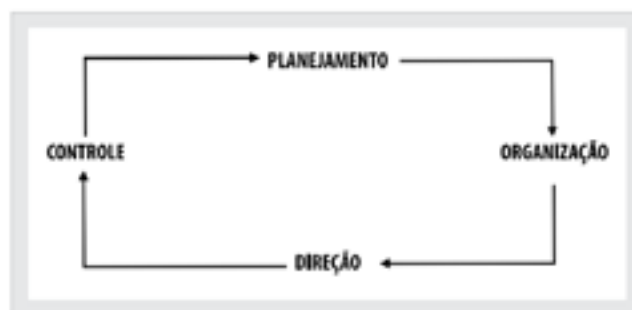
Os processos críticos, que são aqueles de natureza estratégica para o sucesso institucional, encontram-se nos denominados processos gerenciais e finalísticos.

► Planejamento

A estrutura organizacional deve ser delineada de acordo com os objetivos e as estratégias estabelecidas, ou seja, a estrutura organizacional é uma ferramenta básica para alcançar as situações almejadas pela empresa. A organização de uma empresa é a ordenação e o agrupamento de atividades e recursos e visa ao alcance de objetivos e resultados estabelecidos¹.

As funções de administração exercidas pelos executivos das empresas são interligadas. Observe a figura a seguir.

Funções da administração



https://www.researchgate.net/profile/Thiago-Soares-3/publication/320024475_Estrutura_e_Processos_Organizacionais/links/59c95f04a6fdcc451d545e13/Estrutura-e-Processos-Organizacionais.pdf

Como mostra a figura acima, a administração é formada pelo processo de planejamento, organização, direção e controle do trabalho dos membros da organização e do emprego de todos os outros recursos organizacionais para atender aos objetivos estabelecidos.

¹ Manual de gestão por processos / Secretaria Jurídica e de Documentação / Escritório de Processos Organizacionais do MPF. - Brasília: MPF/PGR, 2013.

¹ Soares, Thiago Coelho. Estrutura e processos organizacionais: livro didático / Thiago Coelho Soares; design instrucional João Marcos de Souza Alves, Marina Melhado Gomes da Silva. - Palhoça: UnisulVirtual, 2013.

AMOSTRA

O **Planejamento** determina a finalidade e os objetivos da organização e prevê atividades, recursos e meios que permitirão atingi-los ao longo de um período de tempo determinado. Ele pode promover mudanças essenciais que podem melhorar o desempenho da organização.

Assim, a estrutura organizacional vai variando de acordo com o planejamento estratégico da organização, para poder se adequar aos seus objetivos.

Como uma das etapas do processo decisório, a etapa de planejamento é a avaliação das vantagens e desvantagens de cada alternativa. É necessário ter senso crítico para poder analisar as alternativas, para que realmente se escolha a melhor delas.

Tipos de planejamento nas empresas

Nível estratégico - substituição de produtos para se adequar ao mercado, nova filial;

Nível tático - divisão de uma área em duas (produção e técnica) para melhor administrar os recursos da empresa;

Nível operacional - alteração da estrutura organizacional.

A figura a seguir demonstra os tipos de planejamento nas empresas:



https://www.researchgate.net/profile/Thiago-Soares-3/publication/320024475_Estrutura_e_Processos_Organizacionais/links/59c95f04a6fdcc451d545e13/Estrutura-e-Processos-Organizacionais.pdf

► Direção

A direção conduz e motiva pessoas a exercerem suas tarefas a fim de alcançarem os objetivos organizacionais. Ela designa o processo pelo qual os gerentes procuram lidar com seus subordinados, liderando-os e comunicando-se com eles.

Enquanto as funções de planejamento, organização e controle são qualificadas de impessoais, a direção é um processo interpessoal que determina relações entre indivíduos. Isso porque a função de direção se relaciona diretamente com a maneira pela qual o objetivo é alcançado, por meio da orientação das operações que devem ser executadas.

É a função de direção que passa a se preocupar com que as operações sejam executadas e os objetivos atingidos. Para dirigir subordinados, o administrador deve motivar, comunicar e liderar, de modo situacional a cada indivíduo, grupo ou organização.

► Comunicação

A fim de atender aos seus desejos e manter seus membros informados do que está havendo e que possa afetar a satisfação dos desejos, o grupo desenvolve sistemas e canais de comunicação.

Comunicação horizontal e diagonal

Na estrutura tradicional, a comunicação deve ser acompanhada pela cadeia de comando. Assim, se um especialista precisa se comunicar com outra área, deve fazer isso por meio de seu superior, que passará a informação para o superior da outra pessoa.

Em ambientes dinâmicos, esse percurso pode ser danoso para a empresa, devido à demora da resposta. Por isso, passou-se a adotar a comunicação horizontal, de especialista para especialista, sem intermédio dos seus superiores, e a comunicação diagonal, em que o especialista procura o superior do outro departamento para obter a informação.

► Controle e avaliação

O controle compara os objetivos estabelecidos e os recursos previstos com os resultados atingidos e os recursos realmente gastos, a fim de tomar medidas que possam corrigir ou mudar os rumos fixados. Outra função do grupo é o controle social, pelo qual o comportamento dos outros é influenciado e regulado.

O controle social pode ser interno e externo. O controle interno é dirigido no sentido de fazer os membros do grupo surgirem em conformidade com sua cultura. Já o controle externo é dirigido para os que estão fora do grupo, tais como: governo, sindicato etc.

O executivo deve saber que a pressão do controle externo pode ser bastante forte, tal como quando uma greve ocorre.

Como etapa do processo decisório, na etapa de controle, avaliam-se os resultados da decisão. Assim, é necessário humildade, pois se os resultados não são os esperados, muitas vezes sai mais barato admitir o erro do que manter a decisão.

Metodologia para avaliação de estruturas organizacionais



LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL: TÍTULO I – DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO: DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, DA COMPETÊNCIA DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; TÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES: DO PODER LEGISLATIVO

TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Estado de Rondônia, parte integrante e autônoma da República Federativa do Brasil, reger-se-á por esta Constituição e pelas leis que adotar, observados os princípios estabelecidos pela Constituição Federal.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce diretamente ou por meio de representantes eleitos, nos termos da Constituição Federal e desta Constituição.

Art. 2º São símbolos do Estado a bandeira, o hino e o brasão, em uso na data da promulgação desta Constituição e outros que a lei venha a estabelecer.

Art. 3º O território do Estado de Rondônia tem como limites os estabelecidos pela lei.

Art. 4º A Capital do Estado é a cidade de Porto Velho.

Art. 5º Incluem-se entre os bens do Estado:

I - os que a ele pertenciam na data da promulgação desta Constituição;

II - no seu território, as águas superficiais ou subterrâneas fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obra da União;

III - as ilhas fluviais e lacustres localizadas em seu território e que não se situem na zona limítrofe com outro país e não pertencentes à União;

IV - as terras devolutas, não pertencentes à União;

V - outros bens e direitos que venha a incorporar ou adquirir, a qualquer título.

Parágrafo único. Os bens do Estado não podem ser objeto de doação, venda, aforamento ou cessão de uso, senão em virtude da lei que disciplinará o seu procedimento.

Art. 6º O Estado divide-se política e administrativamente em Municípios, autônomos nos limites constitucionais.

§ 1º Poderão ser instituídas, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

§ 2º Será instituído, mediante lei complementar, zoneamento socioeconômico e ecológico. (Dispositivo com a vigência

de inconstitucionalidade da EC nº 126, de 21/03/2018 - processo nº 0800913-33.2018.8.22.0000 TJ/RO – Decisão: “Ação julgada procedente com efeitos ex tunc nos termos do voto da Relatora, por maioria, vencido o Juiz Jorge Luiz dos Santos Leal” Acórdão publicado no Do-e-ALE/RO nº 76, de 29/04/2024, Trânsito em Julgado em 19/03/2024 (após o STF negar seguimento ao Recurso Extraordinário)

§ 3º Poderão ser criadas estâncias turísticas, hidrominerais e climáticas em municípios do Estado, mediante lei complementar que estabeleça as condições e os requisitos mínimos a serem observados para esse fim, em consonância com a manifestação dos órgãos técnicos do Estado. (Acrescido pela EC nº 34, de 12/09/2003 – D.O.E nº 5327, de 06/10/2003)

§ 4º O Estado manterá, na forma que a lei estabelecer, um fundo de melhorias das estâncias, com o objetivo de desenvolver programas de urbanização, melhorias e preservação do meio ambiente das estâncias de qualquer natureza. (Acrescido pela EC nº 34, de 12/09/2003 – D.O.E nº 5327, de 06/10/2003)

§ 5º O fundo de melhoria das estâncias, que será criado por lei, terá dotação orçamentária anual nunca inferior a 10% (dez por cento) da totalidade da arrecadação dos impostos municipais dessas estâncias, no exercício anterior, devendo a lei fixar critérios para a transferência e a aplicação desses recursos. (Acrescido pela EC nº 34, de 12/09/2003 – D.O.E nº 5327, de 06/10/2003)

Art. 7º São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único. Salvo as exceções previstas nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, não podendo, quem for investido em cargo de um deles, exercer o de outro.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA DO ESTADO

Art. 8º Ao Estado compete exercer, em seu território, todos os poderes que, implícita ou explicitamente, não lhe sejam vedados pela Constituição Federal, especialmente:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - legislar sobre:

a) o cumprimento desta Constituição;

b) a criação, organização e administração dos seus serviços;

c) os assuntos que não estejam constitucionalmente atribuídos a outra esfera de poder;

III - organizar seus poderes e administração;

IV - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas e prestar contas;

V - organizar e prestar os serviços públicos estaduais;



AMOSTRA

VI - firmar acordos e convênios com a União, os Municípios, os demais Estados e entidades, para fins de cooperação intergovernamental, execução de leis, serviços, decisões, assistência técnica ou aplicação de recursos;

VII - estabelecer e executar planos regionais de desenvolvimento;

VIII - promover o bem estar social;

IX - estimular e organizar atividade econômica;

X - planejar a economia estadual;

XI - difundir o ensino;

XII - cuidar da saúde pública, assistência social e proteção das pessoas com deficiência; (NR dada pela EC nº 164, de 13/09/2023 – DO-e-ALE. nº 167, de 18/09/2023 e republicada por incorreção no Do-e-ALE nº 172, de 25/09/2023)

XIII - proteger documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, monumentos, paisagens naturais notáveis e sítios arqueológicos;

XIV - coibir a evasão, destruição e a descaracterização de obras-de-arte e de outros bens de valor histórico ou cultural;

XV - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

XVI - preservar as florestas, a fauna, a flora e a bacia hidrográfica da região;

XVII - fomentar o abastecimento e a produção agrosilvopastoril, através de pesquisa, assistência técnica e extensão rural;

XVIII - promover os programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico, tanto no meio urbano quanto na zona rural, diretamente ou em convênio com as Prefeituras;

XIX - promover a integração social dos setores desfavorecidos, identificando-os e combatendo as causas da pobreza e os fatores da marginalização;

XX - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

XXI - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito e ecologia nas escolas de ensino fundamental e médio;

XXII - estabelecer política de orientação ao planejamento familiar.

Art. 9º Compete, ainda, ao Estado legislar, de forma concorrente, respeitadas as normas gerais da União, sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II - orçamento;

III - custas dos serviços forenses;

IV - produção e consumo;

V - juntas comerciais;

VI - florestas, caça, pesca, fauna e conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico e cultural;

IX - educação, cultura, ensino, desporto e lazer;

X - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;

XI - previdência social, proteção e defesa da saúde;

XII - assistência jurídica e defensoria pública;

XIII - proteção e integração social das pessoas com deficiência; NR dada pela EC nº 164, de 13/09/2023 – DO-e-ALE. nº 167, de 18/09/2023 e republicada por incorreção no Do-e-ALE nº 172, de 25/09/2023)

XIV - proteção à criança, ao jovem e ao idoso;

XV - organização, garantias, direitos e deveres da Polícia Civil;

XVI – organização, efetivos, garantias, direitos e deveres da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar;

(NR dada pela EC nº 112, de 13/10/2016 – DO-e-ALE. nº 174, de 13/10/2016).

XVII - (NR dada pela EC nº 139, de 30/04/2020 – DO-e-ALE. nº 077, de 04/05/2020) (Inconstitucional - ADI 0803183-59.2020.8.22.0000 RO)

Parágrafo único - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, a competência do Estado é plena para atender as suas peculiaridades.

Art. 10. Ao Estado é vedado:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros.

IV - interromper obras iniciadas em gestão anterior. (Acrescido pela EC nº 21, de 03/07/2001 – D.O.E. nº 4807, de 23/08/2001)

CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 11. A administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes do Estado obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e ao disposto no art. 37 da Constituição Federal e nesta Constituição.

§ 1º O servidor público estadual, quando em exercício de mandato eletivo, receberá o tratamento previsto no art. 38 da Constituição Federal. (Renumerado pela EC nº 21, de 03/07/2001 - D.O.E. nº 4807, de 23/08/2001)

§ 2º No pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, inclusive de servidores e empregados públicos, a Administração Pública deverá obedecer à estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades. (Acrescido pela EC nº 21, de 03/07/2001 - D.O.E. nº 4807, de 23/08/2001)

I - a ordem cronológica somente poderá ser desobedecida ocorrendo relevantes razões de interesse público e mediante prévia autorização legislativa. (Acrescido pela EC nº 21, de 03/07/2001 - D.O.E. nº 4807, de 23/08/2001)

§ 3º O disposto no § 2º e inciso I, aplicam-se aos órgãos da administração direta, indireta e fundacional de qualquer dos





GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

